



DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

13ª Assembleia Plenária do ParlAmericas: *Fortalecendo parlamentos e construindo sociedades resilientes para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*

Cidade do México, México | 6 a 7 de dezembro de 2016

Parlamentares de 25 países reunidos na Cidade do México, México, de 6 a 7 de dezembro de 2016, por ocasião da **13ª Assembleia Plenária do ParlAmericas: Fortalecendo parlamentos e construindo sociedades resilientes para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS) discutiram sobre o progresso e os desafios legislativos para a execução efetiva dos ODS nas Américas e no Caribe.

Durante a reunião, cada delegação parlamentar relatou os progressos e os esforços preliminares feitos a partir de seus respectivos parlamentos para implementar os ODS, em particular, o ODS 16.

Realizamos produtivas trocas e experiências sobre a implementação dos ODS e do seu contexto de monitoramento e avaliação em nível global, regional e nacional, considerando as particularidades políticas e socioeconômicas de cada país, para determinar as ações e estratégias necessárias a serem lançadas a partir dos parlamentos do hemisfério para promover e apoiar a sua implementação e acompanhamento. Assim sendo, e

Reconhecendo:

Que os compromissos assumidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, expressos nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são particularmente importantes para o bem-estar econômico, social e ambiental de indivíduos e comunidades.

Que a declaração “*Fortalecimento Institucional para o Desenvolvimento Sustentável nas Américas*” aprovada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 15 de junho de 2016, estabelece um quadro de referência para orientar os esforços institucionais hemisféricos na implementação dos ODS.

Que os parlamentos, como instâncias de representação cidadã e de acordo com a natureza da sua função, desempenham um papel fundamental na promoção, implementação, monitoramento e avaliação de todos os ODS, por meio dos esforços próprios da ação legislativa, da definição de orçamentos, das funções de controle e de representação política.

Que é necessário fortalecer as instituições responsáveis pela coleta, processamento, análise e divulgação de informações estatísticas desagregadas, seguindo os princípios de transparência e inclusão, para apoiar o monitoramento e avaliação do progresso rumo aos ODS e permitir a tomada de decisões legislativas em bases empíricas.

Que a natureza multidimensional do desenvolvimento sustentável e a efetiva realização dos ODS impõem desafios que requerem o fortalecimento institucional dos parlamentos para

que eles sejam mais eficazes, responsáveis e transparentes, e promovam os mais altos padrões de ética e probidade.

Que a realização efetiva dos ODS envolve a promoção do trabalho conjunto entre os parlamentos, os cidadãos, as organizações da sociedade civil e de outros atores e movimentos sociais, a criação de espaços de diálogo que promovam a adoção de decisões de caráter inclusivo, participativo e representativo, com especial atenção às mulheres, minorias e grupos tradicionalmente marginalizados.

Que o trabalho parlamentar implica em continuar a avançar decisivamente na luta contra a corrupção, assegurando que os recursos destinados ao desenvolvimento sejam alocados e executados de acordo com os princípios da eficiência, da transparência, da probidade e da prestação de contas.

Que alcançar a igualdade de gênero real e o empoderamento de todas as mulheres e meninas é condição *sine qua non* para assegurar o desenvolvimento e, portanto, é um elemento central da Agenda 2030. As prioridades, experiências e contribuições de mulheres e meninas devem ser centrais nas discussões em torno da implementação e monitoramento dos ODS.

Que os efeitos da mudança climática e suas consequências sobre o bem-estar das pessoas e das comunidades requerem ações coordenadas para mitigar os seus impactos, particularmente daqueles que ameaçam as comunidades e grupos populacionais mais vulneráveis.

Que o diálogo crítico e trabalho colaborativo com as várias agências e organismos da comunidade internacional e do sistema interamericano é fundamental para implementação adequada dos ODS.

Assim, nos comprometemos a:

1. Assumir decisivamente a implementação da Agenda 2030 e a realização dos seus respectivos Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável, que reconhecemos como essenciais para garantir o bem-estar econômico, social e ambiental das pessoas e comunidades.
2. Revisar a legislação em vigor e procura adotar, conforme o caso, os marcos legislativos e regulamentares necessários para fazer avançar a implementação dos ODS e facilitar o cumprimento das metas.
3. Considerar, na formulação e adoção de orçamentos, aquelas prioridades nos planos de desenvolvimento nacionais, refletindo as necessidades relacionadas à realização dos ODS.
4. Avançar com as medidas necessárias para implementar as iniciativas de monitoramento, acompanhamento e avaliação na implementação e cumprimento dos compromissos e metas refletidos nos ODS, particularmente o Objetivo 16.
5. Estabelecer ou fortalecer instâncias, comissões e grupos parlamentares que sejam necessários para garantir o adequado monitoramento, acompanhamento e avaliação na implementação dos ODS e na sua execução efetiva.
6. Adotar práticas legislativas, incluindo o desenvolvimento e a implementação de planos nacionais de ação de parlamento aberto, para implementar os compromissos do Roteiro para Transparência Legislativa do ParlAmericas, incluindo a adoção de legislação e o

estabelecimento de organismos de supervisão para assegurar o acesso à informação pública.

7. Incentivar a participação dos cidadãos na tomada de decisões parlamentares para que elas sejam inclusivas, participativas e representativas, por meio do uso de ferramentas de comunicação on-line para facilitar a divulgação de informações ao público.
8. Incorporar a perspectiva de gênero no trabalho parlamentar, considerando os possíveis resultados e impactos sobre a legislação, que ajudem a identificar respostas legislativas para promover a igualdade, a justiça e a mudança social.
9. Priorizar na agenda pública e legislativa dos nossos países, a adoção de estratégias para mitigar os fenômenos associados à mudança climática e seus impactos sociais, econômicos e ambientais, considerando o seu caráter transversal e diferencial.
10. Encorajar os nossos governos a que priorizem, reforcem e aprofundem as iniciativas destinadas à realização dos ODS, promovendo espaços de trabalho colaborativo, e o diálogo com agências multilaterais e outros órgãos do sistema interamericano, como a OEA, e a comunidade internacional, as autoridades locais e as organizações da sociedade civil, dando atenção especial às comunidades vulneráveis e tradicionalmente marginalizadas.
11. Avançar na discussão democrática sobre a adoção de modelos de desenvolvimento inclusivo, sustentável e resiliente, em conformidade com as disposições da Agenda 2030 e os ODS, com atenção especial à igualdade de gênero e o caráter inclusivo das nossas sociedades.
12. Estabelecer alianças institucionais entre nossos parlamentos e organizações multilaterais envolvidos na implementação do ODS, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente, a União Interparlamentar, o Parlamento Latino-americano e Caribenho e organizações não-governamentais como o Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável.
13. Participar ativamente nos espaços de trabalhos colaborativos globais em torno da implementação e acompanhamento dos progressos na consecução dos ODS, particularmente o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, e do Fórum de Países da América Latina e do Caribe para o Desenvolvimento Sustentável da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

As delegações parlamentares estendem um sincero reconhecimento ao ParlAmericas por ocasião do seu décimo quinto aniversário e agradecem os seus esforços incansáveis na promoção da democracia e no fortalecimento da diplomacia parlamentar nas Américas e no Caribe, facilitando o diálogo e a troca das melhores práticas legislativas em torno das questões de importância hemisférica.

Igualmente, as delegações parlamentares estendem seus sinceros agradecimentos ao Senado, à Câmara dos Deputados, e à Chancelaria da República do México pelas generosas atenções recebidas e as sinceras expressões de afeto do povo mexicano.

Assinada na Cidade do México, México, em 7 de dezembro de 2016